

## O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA

*Rejane Riggo de Paula*  
*Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT*  
*rejane.riggo@gmail.com*

*Cláudia Landin Negreiros*  
*Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT*  
*clnegreiros@unemat.br*

### **Resumo:**

Este trabalho consiste em um relato de experiência de atividades desenvolvidas como Orientadora de Estudos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, no município de Feliz Natal/MT. Essa formação continuada, oportunizada pelo Ministério da Educação, com a participação articulada entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais, é o maior programa de formação de professores já desenvolvido pelo MEC. Analisamos as formações realizadas no ano de 2013, ano de implantação do Programa, e 2014, quando o enfoque principal desse era a Matemática. Nossa análise objetiva apresentar os pontos de maior relevância nesse ano de implantação e discutir a contribuição do PNAIC na formação de professores alfabetizadores em Matemática, apontando desafios e possibilidades que esse programa, o qual já se configura como política pública de formação continuada de professores, trouxe para a Alfabetização Matemática.

**Palavras-chave:** PNAIC; Alfabetização Matemática; Formação Continuada.

### **1. Introdução**

Por ser inquestionável a sua relevância, se não extrema sua importância para o desenvolvimento individual e de toda a sociedade dentro do processo de evolução científico-tecnológico, o ensino da Matemática torna-se objeto de estudo, com vistas a democratizar o domínio de seus conceitos, métodos e a sua aplicabilidade cotidiana.

Logo ao ingressar na escola, a criança se depara com a exigência de ampliar o seu conhecimento não apenas na língua materna como também na linguagem matemática. E as intervenções propostas pelo professor, nessa etapa inicial, são de tamanha relevância que levaram o Ministério da Educação a propor a participação articulada do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais em uma ação conjunta denominada Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, o qual objetiva assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Entre as ações propostas, visando atingir o objetivo principal desse Programa, está a formação continuada dos professores alfabetizadores. E é sobre esse aspecto do PNAIC que discorreremos no relato de experiência que se segue, apresentando atividades vivenciadas como Orientadora de Estudos do PNAIC, no município de Feliz Natal/MT, atendendo a um grupo de 17 professores alfabetizadores.

Destacamos pontos relevantes da formação do primeiro ano de implantação, 2013, em que o enfoque era a Linguagem, e que, a nosso ver, contribuíram para a formação como um todo, principalmente com o desenvolvimento das atividades no segundo ano do Programa, 2014, quando a abordagem esteve voltada especialmente para a Matemática.

O debate, junto aos professores alfabetizadores, versou sobre os desafios e as possibilidades frente à Alfabetização Matemática e também sobre as propostas metodológicas apresentadas pelo PNAIC. Esses temas são o fenômeno sobre o qual nos debruçamos nesta reflexão.

## 2. O início da caminhada com o PNAIC

Quantos jornais destruídos antes mesmo do pai tê-los lido e quantos clássicos da literatura perderam as capas e ganharam novas ilustrações nas mãozinhas da criança curiosa que se fascinava ao soletrar sons que iam aos poucos se tornando palavras. Foi ao embalo dessas lembranças que me dispus ao desafio de trabalhar em um novo programa de formação de alfabetizadores, proposto pelo Governo Federal, em parceria com os demais entes governamentais, Estados, municípios e Distrito Federal, denominado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC<sup>1</sup>.

O nome causava estranheza inicialmente, mas, posteriormente, pude compreender que não haveria melhor denominação para essa ação, que só encontraria êxito se contasse realmente com o envolvimento de todos os agentes, direta e indiretamente, ligados à alfabetização das crianças brasileiras. Iniciava-se verdadeiramente um pacto em prol da erradicação do analfabetismo e pelo fim da distorção de idade/ano escolar, prioritariamente no Ciclo de Alfabetização – 1º, 2º e 3º Ano.

<sup>1</sup> Compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Disponível em: < <http://pacto.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

Quanta apreensão no primeiro encontro de formação dos Orientadores de Estudos, quando ainda não se conhecia nada sobre a metodologia a ser utilizada. E que alegria descobrir que não se tratava de nova metodologia, mas sim de reaplicar e reaprender de forma eficaz muitas das práticas já desenvolvidas no exercício do magistério. Esta foi a função que assumi frente ao PNAIC, orientar os estudos e reflexões junto aos professores alfabetizadores, no município de Feliz Natal, Polo de Sinop, Mato Grosso, tendo como instituição formadora a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

O primeiro ano de estudos teve como foco principal a Linguagem, discutindo o Sistema de Escrita Alfabética e a apropriação da escrita e da leitura na perspectiva do letramento, apresentado por Magda Soares como o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever, exercendo práticas sociais que usam a escrita (SOARES, 1998, p. 47). Conceito este que remeteria, posteriormente, ao numeramento ou letramento matemático (FONSECA, 2009, p. 53), onde o sujeito “numerado” domina a linguagem aritmética utilizando-a no atendimento de suas demandas sociais. Salientamos, assim, que embora o enfoque principal fosse a Linguagem, o Programa instigou, desde o seu início, a interdisciplinaridade abordando questões pertinentes as demais disciplinas.

A nova abordagem em torno do tão falado, e da mesma forma tão mal compreendido, “direito à educação”, trouxe perspectivas novas ao grupo de educadores. A referência agora não mais genérica, pelo contrário, bastante específica, palpável e verificável a cada ano e em cada componente curricular, incluindo a Matemática, com indicação do momento apropriado para introdução, aprofundamento e consolidação definidos, tornou a compreensão e observação dos direitos de aprendizagem fator determinante do sucesso escolar. As tabelas de Direitos de Aprendizagem e Eixos de Ensino de cada Componente Curricular apresentaram aos alfabetizadores uma direção que muitas vezes, no anseio de conduzir a criança o mais rápido possível a apropriação da escrita, da leitura e dos primeiros conceitos de matemáticos, tornava-se distante e obscuro.

Logo no início das discussões, Cruz (2012a, p. 6) faz o alerta de que, ao concebermos a educação como um direito, somos impelidos a pensar na inclusão como princípio de organização do currículo. A autora ressalta que a Educação Inclusiva a que se refere é na perspectiva de uma escola justa, que possibilite à criança a aprendizagem não só da leitura e da escrita de palavras isoladas, mas de uma leitura e produção de textos, em todas as áreas, que cumpram a função social a que se destinam, que é a de proporcionar igualdade de

oportunidades, considerando a diversidade e respeitando a heterogeneidade de cada turma. O tema ganhou, no ano seguinte, um caderno específico, onde os professores foram impelidos a refletir sobre a inclusão de alunos com deficiência na escola e as possibilidades de atendê-los assegurando os direitos de aprendizagem a todos.

O aprofundamento teórico das unidades, as discussões no grupo de estudo e as práticas motivadas muitas vezes, pelo planejamento conjunto realizado durante os encontros, proporcionaram aos professores alfabetizadores a retomada de conceitos, teorias e práticas conhecidas e outras compartilhadas entre os colegas e que vieram ao encontro das necessidades de determinados momentos.

Os encontros do PNAIC com os professores alfabetizadores, realizado nesse primeiro ano, exclusivamente aos sábados, não foram simples encontros de formação continuada, pois cada um deles constituiu-se em um planejar contínuo de ações que resultariam em melhorias no processo de ensino. Foram momentos de aprender fazendo e com quem fez anteriormente.

Os estudos nos colocaram frente a frente às discussões sobre temas indissociáveis dos processos de ensino e aprendizagem, como é o caso da Avaliação e do Planejamento. Nesse sentido, Cruz (2012b, p.19) salienta a necessidade de o processo avaliativo romper com sua característica histórica de instrumento de exclusão, tornando-se um processo contínuo, inclusivo, regulador, prognóstico, diagnóstico, emancipatório, mediador, qualitativo, dialético, dialógico, informativo, formativo-regulador. Os professores compreenderam tal necessidade, tornando a avaliação um processo contínuo e inclusivo, reforçando seu caráter diagnóstico, com o reconhecimento do erro como objeto de estudo e de fundamental importância na construção do conhecimento.

Durante os estudos levantou-se a discussão acerca da necessidade de planejar adequadamente toda a ação pedagógica, proporcionando aos educandos situações diversificadas de aprendizagem, prevendo ações de intervenções que objetivassem sanar as dificuldades observadas e otimizando a utilização dos recursos disponibilizados pelo MEC/FNDE, tais como os Jogos, Livros Didáticos e livros do PNLD – Obras Complementares, etc.

Nessa perspectiva, Libâneo (1994) diz que o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. Percebemos, então, que no grupo de alfabetizadores,

alguns desenvolviam efetivamente a prática do planejamento, enquanto outros não a desenvolviam de fato, o que dificultava a articulação entre os conteúdos a serem desenvolvidos e a realidade local que poderia ser explorada na significação de conteúdos para os educandos.

Durante os estudos, buscamos a conscientização da importância dessa prática, observando muitas vezes que o planejamento pode ser enriquecido quando desenvolvido de forma coletiva, deixando a sugestão da adoção dessa prática também no dia-a-dia da escola. Essa prática foi acatada pela coordenação pedagógica e expandida para todos os anos e áreas dentro da rede municipal de ensino.

Levando em consideração que no cotidiano da escola várias situações fogem ao planejamento elaborado, Cruz, Manzoni e Silva (2012, p.8) lembram Guedes Pinto (2006), ao afirmarem que, nestas ocasiões, é necessário improvisar, e que para improvisarmos com qualidade, é importante conhecermos bem a situação e as consequências dela, tendo, assim, condições de renovar e variar as estratégias de ensino, sem desperdício do tempo de aprendizagem das crianças. Inadmissível seria, no entanto, o imprevisto tornar-se a regra no processo de ensino, especialmente de alfabetização.

O tema ludicidade e os direitos de aprendizagem de Matemática foram abordados conjuntamente no primeiro ano de implantação do PNAIC, durante os estudos da Unidade 4, e foi desse ponto em diante que iniciamos nossa jornada observando a postura dos alfabetizadores diante dessa disciplina. Teles e Didier (2012) levantaram alguns questionamentos pertinentes a esse momento da formação, desta maneira: “As brincadeiras também ajudam a repensar os modos de organização das aulas de Matemática: a aula pode ser fora da sala? É possível haver relações afetivas nessas aulas de Matemática: o riso, a alegria, o querer, a vontade?” (TELES; DIDIER, 2012, p. 28)

Observamos em alguns professores dificuldade em visualizar situações de aprendizagem durante as brincadeiras, cantigas e jogos. No entanto, foi gratificante perceber mudança de postura em muitos deles e como tais atividades passaram a integrar o cotidiano de suas salas de aula como recurso facilitador da aprendizagem. Smolle e Diniz (2003) contribuíram no sentido de sanar algumas preocupações metodológicas da utilização de brincadeiras na escola, por exemplo, quanto ao tempo e espaço destinados a estas, a ociosidade e a pressa no seu desenvolvimento.

O estudo de Sequências Didáticas, nas perspectivas propostas por Dolz e Schneuwly (2004) e por Zabala (1998), veio contribuir com a mudança de posicionamento quanto à sequência de atividades. O planejamento de Sequências Didáticas, sua aplicação e análise dos resultados obtidos foi crucial para romper com os resquícios de resistência que ainda persistiam, principalmente, quanto à utilização do lúdico nos processos de ensino e de aprendizagem dos anos iniciais.

Destacamos ainda como contribuições importantes ao processo de formação, as constantes análises do Livro Didático, através das quais os professores alfabetizadores verificavam os direitos de aprendizagem assegurados nas atividades propostas neste material e o incentivo à interdisciplinaridade. Os alfabetizadores reconheceram o Livro Didático como um instrumento importante no desenvolvimento das atividades de alfabetização, mas que necessita de complementações e mediações do educador para atender as necessidades específicas de cada turma.

E na utilização das obras do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – Obras Complementares, que foram incorporadas ao cotidiano da sala de aula, constatou-se que o Cantinho da Leitura tem cumprido seu objetivo de estimular o interesse pela leitura e, conseqüentemente, melhorar a escrita dos alunos do ciclo de alfabetização. Assim como aproximar as crianças do universo matemático através de literaturas que apresentam contextos onde a Matemática é utilizada.

Uma das professoras alfabetizadoras nos relatou, ao ser questionada sobre a contribuição da formação do PNAIC na sua prática, que:

Na minha opinião, o que contribuiu foi a questão das intervenções que nós professores temos que fazer com as crianças. Eu acredito que, para mim, foi muito importante porque eu não tinha essa visão da necessidade junto com os alunos. E da organização das atividades, dos espaços etc. O Pacto veio para reforçar o meu trabalho. (C.E.A. - Professora Alfabetizadora da rede municipal de ensino, no ano de 2013).

São depoimentos como esse, de pessoas que enfrentaram inúmeras barreiras e dificuldades para alcançar a formação inicial, que nos fazem compreender a relevância de formações continuadas como a proposta pelo PNAIC, pois através delas, vão sendo sanadas as lacunas resultantes de um currículo de formação inicial ainda distante do ideal.

### **3. O desafio da Alfabetização Matemática e o PNAIC como possibilidade de aprendizagem coletiva**

As melhores lembranças que trago dos tempos de escola concorrem entre os momentos passados ao lado dos amigos e das aulas de Matemática que acabavam sempre mais rápido que as demais. A descoberta do mundo mágico dos números foi objeto de fascínio durante toda a minha formação escolar, embora a beleza das formas e de outros elementos matemáticos só descobriria mais tarde ao ensiná-los.

Perceber, no exercer o magistério, que relatos como esse são exceções, foi algo que me inquietou profundamente. Sentia-me desafiada a compreender quando e por que as pessoas deixavam de gostar da Matemática. As crianças, antes da escolarização, parecem gostar dos números, afinal, quem nunca observou a alegria delas ao demonstrar com os dedinhos a sua idade para os pais orgulhosos, ou ainda seu encantamento ao contar mesmo que desordenadamente uma sequência numérica durante o esconde-esconde?

Essa inquietação motivou ainda mais minha participação como Orientadora de Estudos do PNAIC, no ano de 2014, durante o qual o enfoque principal do Programa foi a Alfabetização Matemática. Mal posso descrever o que significou para mim, matemática de formação, estar inserida nesse processo. A partir das formações, compreendi como a Matemática é apresentada aos educandos do Ciclo de Alfabetização, descobrindo questões relativas à Matemática que nem mesmo nos quatro anos de graduação eu tivera contato.

Porém, foram os encontros com os professores alfabetizadores e o acompanhamento das práticas desenvolvidas com os alunos que me fizeram aprender muito além do que esperava sobre Educação Matemática. Durante esses encontros, deparei-me com colegas declarando que não gostavam dessa disciplina ou até mesmo que tinham medo de Matemática, e mesmo assim, eram obrigados a ensinar algo que nem eles próprios compreendiam. Para ilustrar, a figura 1 mostra as representações que os professores alfabetizadores fizeram da Matemática no primeiro encontro de formação do PNAIC/2014.



Figura 1: Ilustrações produzidas pelos professores alfabetizadores da rede municipal de ensino durante a aplicação da atividade sugerida no caderno Educação Matemática do Campo<sup>2</sup> - PNAIC/2014, p. 43.  
Fonte: Rejane Riggo de Paula, Acervo particular, 2014.

Observar que pouco a pouco essas barreiras foram se rompendo e os alfabetizadores se tornavam mais receptivos às atividades propostas, manteve-me motivada e esperançosa de que a formação conquistaria novos admiradores para a área da Matemática. Depoimentos dos professores confirmam o êxito nas formações.

O que me agradou sempre foram as leituras, um dos momentos que mais gosto, e talvez seja também o que me tranquilizou em relação à pavorosa e temida Matemática. Há muitas coisas que com o tempo fui vendo o quão importantes são, e isso me faz pensar que eu deveria tê-las aprendido quando era uma aluna. Esse fato me deixa com mais anseio a ensinar àqueles que podem ter a chance de aprendê-las e, assim, não serem poupados do conhecimento como eu fui durante algum tempo, mas que agora compensei por várias razões e acontecimentos, e o Pacto é um deles. (Depoimento de R.L.N.S.F. - Professora Alfabetizadora da rede municipal de ensino, no ano de 2014)

Os alfabetizadores relataram terem passado a compreender a importância de determinados conceitos, procedimentos e atividades relacionadas à Matemática, bem como os benefícios da utilização dos jogos para a aprendizagem do aluno. Como exemplo, cito uma apresentação realizada durante o Seminário Final Local do PNAIC/2014, ocorrido no município de Feliz Natal/MT, nos dias 29 e 30 de janeiro de 2015, em que observamos a seguinte explicação na Figura 2.

<sup>2</sup> Atividade adaptada de CHACÓN, I. M. G. *Matemática emocional: os afetos na aprendizagem matemática*. Porto Alegre: Artmed, 2003.





Figura 2: Relato da professora alfabetizadora R.G., apresentado no Seminário Final Local do PNAIC/20014, no município de Feliz Natal/MT.

Fonte: Rejane Riggo de Paula, Acervo particular, 2014.

Os jogos realmente foram um diferencial na proposta de formação desenvolvida por meio do PNAIC em 2014. Eles não encantaram apenas os alunos que aprenderam Matemática com muito mais facilidade e prazer, mas a todos nós, professores, que nos deliciávamos descobrindo segredos que nos foram negados naquela escola dos procedimentos formalizados e engessados. Os professores alfabetizadores de Feliz Natal/MT foram representados no Seminário Final Estadual do PNAIC 2014, realizado em Cuiabá/MT, de 23 a 25 de fevereiro de 2015, onde uma alfabetizadora desse grupo falou sobre a utilização dos jogos, conforme mostram as imagens a seguir.



Figura 3: Relato da professora alfabetizadora M.P., apresentado no Seminário Final Estadual do PNAIC/20014, em Cuiabá/MT.

Fonte: Rejane Riggo de Paula, Acervo particular, 2014.

Além dos jogos, a possibilidade de interação entre a Matemática e as demais áreas, inclusive a Literatura, foi outro ponto relevante para este grupo de profissionais, os quais passaram a ter maior facilidade em contextualizar e relacionar os conteúdos tornando a aprendizagem mais significativa, principalmente através da exploração de situações-problemas e utilização de materiais concretos. Isso pode ser verificado nas imagens seguintes.



Figura 4: Momentos da formação e atividades com alunos utilizando materiais concretos e literaturas.  
Fonte: Rejane Riggo de Paula, Acervo particular, 2014.

As Caixas da Matemática passaram a ter um lugar de destaque nas salas de aula, e a utilização dos recursos disponibilizados por elas se tornaram parte da rotina dos estudantes, assim como as literaturas com temas envolvendo a Matemática.

Um momento particularmente significativo nas atividades formativas do ano de 2014 foi o estudo e desenvolvimento do Caderno de Educação Inclusiva. Momento de intensa reflexão, sensibilização e vivências concretas de inclusão, tanto para professores quanto para os alunos, quando lhes foi oportunizada a experimentação das limitações enfrentadas por pessoas com deficiências e outras limitações.



Figura 5: Momentos registrados durante os estudos do Caderno de Educação Inclusiva.  
Fonte: Rejane Riggo de Paula, Acervo particular, 2014.

Nessa ocasião, os professores alfabetizadores refletiram sobre o que é ser ou estar incluído, aprofundaram seus conhecimentos acerca da legislação que regulamenta a Educação Especial/Inclusiva nacionalmente e dos diversos tipos de deficiência, culminando com o planejamento de atividades direcionadas especificamente para cada necessidade dos

estudantes deficientes, visando oportunizar-lhes o uso de materiais apropriados, literaturas e atividades lúdicas. Os depoimentos e produções posteriores a este trabalho mostraram que os objetivos dessa proposta foram atingidos plenamente.

#### 4. Considerações Finais

As ações no PNAIC continuaram se desenvolvendo ao longo do ano de 2015 com enfoque interdisciplinar, e já sinalizam sua consolidação como política pública de formação continuada de professores alfabetizadores, com continuidade assegurada pela Portaria MEC nº 153, de 22 de março de 2016.

Neste trabalho, propusemo-nos a contextualizar a caminhada inicial do PNAIC, realizada nos anos de 2013 e 2014, pelo grupo de Professores Alfabetizadores do município de Feliz Natal/MT, junto ao qual fui Orientadora de Estudos.

Ao refletir sobre o trabalho desenvolvido por meio do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, no referido período, considero que este não trouxe resposta a todas as indagações dos docentes, principalmente frente aos desafios do ensino e da aprendizagem de Matemática, mas nos forneceu subsídios para reconhecermos aspectos que necessitam de maior atenção no ensino e na aprendizagem de Matemática, e como devemos evitar que essa disciplina, que tanto contribui com o cotidiano das pessoas, continue a ser o monstro que aterroriza crianças até sua vida adulta.

#### 5. Referências

CRUZ, Magna do Carmo Silva. Currículo no ciclo de alfabetização: ampliando o direito de aprendizagem a todas as crianças. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem: ano 2: unidade 1*. Brasília: MEC/SEB, 2012a. p. 6.

CRUZ, Magna do Carmo Silva. Avaliação no ciclo de alfabetização: o monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem das crianças. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e*

*monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem: ano 2: unidade 1.* Brasília: MEC/SEB, 2012b. p.19.

CRUZ, Magna do Carmo Silva; MANZONI, Rosa Maria; SILVA, Adriana M. P. Planejamento no ciclo de alfabetização: objetivos e estratégias para o ensino relativo ao componente curricular - Língua Portuguesa. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: a organização do planejamento e da rotina no ciclo de alfabetização na perspectiva do letramento: ano 2: unidade 2.* Brasília: MEC/SEB, 2012.p. 8.

DIDIER, Maria Thereza; TELES, Rosinalda. O ensino de História(s) e da Matemática: em ritmo dos jogos e das brincadeiras. In: BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: vamos brincar de construir as nossas e outras histórias: ano 2: unidade 4* – Brasília: MEC/SEB, 2012. p. 28.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola.* Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 95-128.

FONSECA, Maria da Conceição F. R. Conceito(s) de numeramento e relações com o letramento. In: LOPES, Celi Espasandin; NACARATO, Adair Mendes (org.). *Educação matemática, leitura e escrita: armadilhas, utopias e realidade.* Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática.* São Paulo: Cortez, 1994.

SEAL, Ana Gabriela de Souza; SILVA, Alexsandro da. O ensino do Sistema de Escrita Alfabética no segundo ano do ciclo de alfabetização. In: BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: a apropriação do sistema de escrita alfabética e a consolidação do processo de alfabetização: ano 2: unidade 3* – Brasília: MEC/SEB, 2012. p. 20.

SMOLE, Kátia; DINIZ, Maria Ignes e CANDIDO, Patrícia. *Coleção Matemática de 0 a 6.* Porto Alegre: Artmed, 2003.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros.* Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: Como educar.* Porto Alegre, 1998.